

Negociadores mudam o tom e facilitam acordo com FMI

PAULO SOTERO

ESTADO DE SÃO PAULO Paulo Vitale/AE — 6/11/91
NOVO PRESIDENTE

WASHINGTON — Nos tempos em que havia, no Brasil, uma crença quase ilimitada na capacidade do País de dar a volta por cima e vencer as crises a poder de pacotes e milagres, as conversas entre o governo e o Fundo Monetário Internacional (FMI) costumavam refletir a por vezes mal orientada confiança nacional no próprio taco.

Ministros e empresários eminentes disseram mais de uma vez que o Brasil era maior do que o buraco e, sendo assim, podia dispensar as receitas ortodoxas de ajustamento da economia, ministradas pelos burocratas do Fundo. Quando o sapato começou a apertar, a partir do fracasso do primeiro Plano Cruzado, em 1986, e a temida ida ao Fundo tornou-se inevitável, Brasília, que passou anos inventando o monstro, teve que se convencer, e aos brasileiros, que o programa de ajustamento não era uma imposição do organismo internacional ao Brasil. Ao contrário, pela versão oficial, era o Fundo que se curvava diante do Brasil, apoiando a política econômica desenhada em Brasília.

Novo tom — O encontro do País com a crise que conseguiu adiar durante anos parece já ter produzido pelo menos um efeito positivo.

O tom esquizofrênico que dominou as relações entre o Brasil e o Fundo, no passado, parece ter desaparecido das conversas que o governo entabulou com a instituição, na semana passada, com vista a um acordo stand by que deve abrir as portas para a normalização das relações com os credores externos e, se for executado, pode, por tabela, ajudar a devolver ao País a confiança perdida para confrontar seus problemas e superá-los.

Desta vez, os integrantes da missão brasileira negociadora não viram necessidade de lembrar, por exemplo, que o conjunto de medidas de austeridade foi desenvolvido em Brasília e não está sendo imposto ao governo pelo Fundo. Tanto o foram que só se tornarão realidade se o Congresso Nacional aprovar o projeto de reforma tributária que o executivo lhe encaminhou no final da semana passada. “Ninguém no Fundo ficou supreso ou espantando com isso”, comentou o secretário do Planejamento, Pedro Parente, um dos alto-funcionários brasileiros que está em Washington, certamente temendo uma manchete do tipo: “FMI condiciona acordo a voto do Congresso”.

“Está claro que a política de estabilização só dará certo se tiver apoio do Congresso. E é assim que deve ser”, explicou Parente, numa das duas civilizadas entrevistas coletivas que a delegação brasileira deu numa sala de reunião do FMI.



PEDRO P. PARENTE

Pedro Parente
“Ninguém no Fundo ficou surpreso ou espantado”

As metas do programa já eram conhecidas antes de as negociações começarem. Trata-se de obter um saldo fiscal primário da ordem de 3% em 1992, nos quais estão embutidos um superávit de 0,6% a ser obtido pelos estados. Esta cifra se traduziria num déficit operacional (que inclui o financiamento da dívida interna) que estava ainda por ser definido na sexta-feira mas certamente terá que ficar abaixo dos 2,4% previstos para este ano.

Superávit — Em 1993, o objetivo é produzir um saldo primário de 4%. Se o programa, de 20 meses, for efetivamente cumprido, a premissa é que a confiança será restabelecida, o governo poderá financiar sua dívida a juros mais baixos e realizar um saldo operacional de 1%. Com as finanças públicas saneadas, os pagamentos externos regularizados e a confiança reencontrada, o país já estaria, então, com a inflação controlada e embalado outra vez no caminho do crescimento econômico.

Pode ser tudo um sonho da cabeça do ministro da Economia, Márcio Marques Moreira, e de sua equipe. O certo é que esse cenário é muito melhor do que a alternativa e que ele começou a ganhar contornos de realidade na semana passada e pode começar a se materializar na carta de intenção que Pedro Parente espera poder levar consigo quando retornar a Brasília, na quarta ou quinta-feira que vem.